

INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA ALBERTO
SANTOS DUMONT

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA ALBERTO SANTOS DUMONT

Demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanço patrimonial

Demonstrações do resultado

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Sócios e Administradores da
Instituto de Ensino e Pesquisa Alberto Santos Dumont
Macaíba - RN

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto de Ensino e Pesquisa Alberto Santos Dumont ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto de Ensino e Pesquisa Alberto Santos Dumont, em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades sem finalidade de lucro (ITG 2002 (R1)).

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades sem finalidade de lucro (ITG 2002 (R1)), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 14 de fevereiro de 2020.



BDO RCS Auditores Associados Ltda.
CRC 2 SP 015165/0-8 - S - RN

Leonardo da Silva Vilar Gomes
Contador CRC 1 PE 021026/0-9 - S - RN

INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA ALBERTO SANTOS DUMONT - ISD

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais)

| Ativo | Nota explicativa | 2019 | 2018 | Passivo e patrimônio líquido | Nota explicativa | 2019 | 2018 |
|---|------------------|--------------|-------------|---------------------------------------|------------------|-------------|------------|
| Circulante - Recursos com restrição | | | | Circulante - Recursos com restrição | | | |
| Contrato de Gestão - MEC | | | | Contrato de Gestão | 12 | 26.563.059 | 16.862.253 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 3 | 18.927.706 | 9.590.513 | Obrigações tributárias | 8 | 16.076 | 12.177 |
| Adiantamentos e outros créditos | 5 | 91.351 | 96.887 | Obrigações sociais | 9 | 112.240 | 171.673 |
| | | 19.019.057 | 9.687.400 | Contas a pagar | 10 | 38.731 | 167.653 |
| Verba FMS Macaíba | | | | Provisões de férias e encargos | 11 | 293.296 | 573.014 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 3 | 2.082.521 | 2.781.693 | Provisão para passivo contingente | 13 | 18.413 | - |
| Adiantamentos e outros créditos | 5 | 50.586 | 18.443 | | | 27.041.815 | 17.786.770 |
| | | 2.133.107 | 2.800.136 | | | | |
| Circulante - Recursos sem restrição | | | | | | | |
| Verba Livre | | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 3 | 25.510 | 26.161 | | | | |
| | | 25.510 | 26.161 | | | | |
| Verba Prefeitura | | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 3 | 157.022 | 243.259 | | | | |
| Valores a receber | 4 | 71.356 | 141.734 | | | | |
| | | 228.378 | 384.993 | | | | |
| Total ativo circulante | | 21.406.052 | 12.898.690 | | | | |
| Não circulante - Recursos com restrição | | | | | | | |
| Contrato de Gestão - MEC | | | | | | | |
| Intangível | 7 | 14.660 | 14.660 | | | | |
| Imobilizado | 7 | 9.436.703 | 9.073.138 | | | | |
| (-) Depreciação acumulada | 7 | (1.428.605) | (988.427) | | | | |
| | | 8.022.758 | 8.099.371 | | | | |
| Bens de terceiros | 6.1 | 19.148.158 | 19.318.731 | | | | |
| Bens de terceiros - UFRN | 6.2 | 65.411.455 | 65.411.455 | | | | |
| Bens de terceiros - Secretaria de Saúde Macaíba | 6.3 | 367.960 | - | | | | |
| (-) Ajuste de vida útil econômica - bens de terceiros | 6.4 | (13.076.822) | (8.519.033) | | | | |
| | | 105.090 | 105.090 | | | | |
| Bens administrados de terceiros | | 71.955.841 | 76.316.243 | | | | |
| | | 79.978.599 | 84.415.614 | | | | |
| Verba FMS Macaíba | | | | | | | |
| Imobilizado | 7 | 36.956 | 27.609 | | | | |
| (-) Depreciação acumulada | 7 | (7.214) | (3.573) | | | | |
| | | 29.742 | 24.036 | | | | |
| Não circulante - Recursos sem restrição | | | | | | | |
| Verba Livre | | | | | | | |
| Imobilizado | 7 | 5.999 | 1.099 | | | | |
| (-) Depreciação acumulada | 7 | (855) | (513) | | | | |
| | | 5.144 | 586 | | | | |
| Verba Prefeitura | | | | | | | |
| Imobilizado | 7 | 24.217 | 22.732 | | | | |
| (-) Depreciação acumulada | 7 | (5.134) | (2.936) | | | | |
| | | 19.083 | 19.796 | | | | |
| Total ativo não circulante | | 80.032.568 | 84.460.032 | | | | |
| Total do ativo | | 101.438.620 | 97.358.722 | Total do passivo e patrimônio líquido | | 101.438.620 | 97.358.722 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA ALBERTO SANTOS DUMONT - ISD

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais)

| | Nota explicativa | 2019 | 2018 |
|---|---------------------|-------------|--------------|
| Receita Bruta Prestação de Serviços Saúde | | | |
| Receita operacional - MEC | | | |
| Contrato de Gestão realizado | 19 | 8.040.779 | 12.209.425 |
| Voluntários (+) | 22 | 26.460 | 19.866 |
| Isenções (+) | 19 | 1.724.886 | 553.801 |
| | | 9.792.125 | 12.783.092 |
| Receita Operacional - Prefeitura (SUS) | | | |
| Prestação de serviços | | 206.774 | 162.325 |
| Convênio Prefeitura | | - | 360.004 |
| (-) Cofins | | - | (4.300) |
| | | 206.774 | 518.029 |
| Receita Operacional - Verba Livre | | | |
| Doações | | 2.500 | 12.935 |
| | | 2.500 | 12.935 |
| Receita Operacional - FMS Macaíba | | | |
| Contrato FMS Macaíba realizado | 19 | 3.591.077 | 2.192.315 |
| | | 3.591.077 | 2.192.315 |
| Receita líquida | 19 | 13.592.476 | 15.506.371 |
| Despesas operacionais - MEC | 20 | | |
| Despesas gerais - Sede | | (2.220.923) | (2.575.526) |
| Despesas gerais - CP IIN-ELS Macaíba | | (4.028.277) | (4.831.905) |
| Despesas gerais - CEP Saúde | | (1.730.307) | (3.705.077) |
| Despesas gerais - CEC Macaíba | | (3.160) | (78.714) |
| Despesas gerais - CEC Serrinha | | (3.568) | (186.093) |
| Despesas gerais - CEC Natal | | (2.410) | (207.045) |
| Despesas gerais - Campus do Cérebro | | (52.134) | (625.065) |
| Voluntários (-) | 22 | (26.460) | (19.866) |
| Isenções (-) | 20 | (1.724.886) | (553.801) |
| | | 9.792.125 | (12.783.092) |
| Despesas Operacionais - Prefeitura (SUS) | 20 | | |
| Despesas administrativas | | (367.329) | (454.035) |
| Despesas tributárias | | (332) | (2.255) |
| | | (367.661) | (456.290) |
| Despesas Operacionais - Verba Livre | 20 | | |
| Despesas administrativas | | (21.294) | (32.715) |
| Despesas tributárias | | (1.634) | (95) |
| | | (22.928) | (32.810) |
| Despesas Operacionais - FMS Macaíba | 20 | | |
| Despesas administrativas | | (461.572) | (402.191) |
| Despesas com pessoal | | (3.127.124) | (1.766.550) |
| Despesas tributárias | | (650) | (22.226) |
| Despesas financeiras | | (1.731) | (1.348) |
| | | (3.591.077) | (2.192.315) |
| (=) (Déficit) Superávit antes do resultado financeiro | | (181.315) | 41.864 |
| Resultado financeiro - Prefeitura (SUS) | 21 | | |
| Receitas financeiras | | 9.908 | 15.665 |
| Despesas financeiras | | (1.607) | (1.003) |
| | | 8.301 | 14.662 |
| Resultado financeiro - Verba Livre | | | |
| Receitas financeiras | | 679 | 962 |
| Despesas financeiras | | (1.073) | (2.030) |
| | | (394) | (1.068) |
| Outras Receitas/Despesas - Verba Livre | | | |
| Outras Receitas | | 20.171 | 39.469 |
| | | 20.171 | 39.469 |
| (=) (Déficit) Superávit do exercício | | (153.237) | 94.927 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA ALBERTO SANTOS DUMONT - ISD

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em Reais)

| | Patrimônio social | Superávit (déficit) acumulado | Total |
|---|-------------------|----------------------------------|-----------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2017 | 176.269 | 134.636 | 310.905 |
| Incorporação do superávit do exercício anterior | 134.636 | (134.636) | - |
| Ajuste de exercícios anteriores | 262 | - | 262 |
| Superávit do exercício | - | 94.927 | 94.927 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2018 | 311.167 | 94.927 | 406.094 |
| Incorporação do superávit do exercício anterior | 94.927 | (94.927) | - |
| Déficit do exercício | - | (153.237) | (153.237) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2019 | 406.094 | (153.237) | 252.857 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA ALBERTO SANTOS DUMONT - ISD

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais)

| | 2019 | 2018 |
|--|------------------|---------------------|
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | |
| (Déficit) Superávit do exercício | (153.237) | 94.927 |
| Itens que não afetam o caixa operacional | | |
| Depreciação | 458.196 | 452.794 |
| Provisão para contingências | 18.413 | - |
| | <u>323.372</u> | <u>547.721</u> |
| Variações nos ativos e passivos - MEC | | |
| Adiantamentos e outros créditos | 5.536 | 384.009 |
| Obrigações tributárias | 3.899 | (52.357) |
| Obrigações sociais | (59.433) | (318.233) |
| Contas a pagar | (128.922) | (690.579) |
| Provisões de férias e encargos | (279.718) | (261.659) |
| | <u>(458.638)</u> | <u>(938.818)</u> |
| Variações nos ativos e passivos - Prefeitura | | |
| Valores a receber | 70.378 | (102.833) |
| Obrigações tributárias | 490 | 661 |
| Obrigações sociais | (679) | 1.290 |
| Contas a pagar | (4.555) | 15.820 |
| | <u>65.634</u> | <u>(85.062)</u> |
| Variações nos ativos e passivos - Verba FMS Macaíba | | |
| Adiantamentos e outros créditos | (32.143) | (16.013) |
| Obrigações tributárias | 3.742 | (398) |
| Obrigações sociais | 67.549 | 2.924 |
| Contas a pagar | 9.344 | (297.263) |
| Provisões de férias e encargos | 256.113 | 91.905 |
| | <u>304.605</u> | <u>(218.845)</u> |
| Variações nos ativos e passivos - Verba Livre | | |
| Contas a pagar | - | (1.289) |
| | <u>-</u> | <u>(1.289)</u> |
| Caixa líquido das atividades operacionais | <u>234.973</u> | <u>(696.293)</u> |
| Fluxo de caixa das atividades de investimento | | |
| Aquisição imobilizado tangível - MEC | (384.197) | (2.058.477) |
| Aquisição imobilizado intangível - MEC | - | (2.980) |
| Aquisição imobilizado tangível - Prefeitura | (2.984) | (1.499) |
| Aquisição imobilizado tangível - Verba FMS Macaíba | (9.347) | (3.321) |
| Aquisição imobilizado tangível - Verba Livre | (4.900) | - |
| Baixa de bens do ativo imobilizado | 10.294 | 5.807 |
| Baixa de depreciação de bens do ativo imobilizado | - | (2.023) |
| Baixa de bens administrados de terceiros | - | 186.921 |
| Baixa de bens de terceiros | - | (11.862.340) |
| Caixa líquido das atividades de investimento | <u>(391.134)</u> | <u>(13.737.912)</u> |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamento | | |
| Contrato de Gestão - MEC | 9.700.806 | 12.298.115 |
| Recursos Verba FMS Macaíba | (998.070) | 407.544 |
| Bens recebidos em doação - a realizar | 4.558 | (220) |
| Caixa líquido das atividades de financiamento | <u>8.707.294</u> | <u>12.705.439</u> |
| Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa | <u>8.551.133</u> | <u>(1.728.766)</u> |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 12.641.626 | 14.370.392 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | 21.192.759 | 12.641.626 |
| Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa | <u>8.551.133</u> | <u>(1.728.766)</u> |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Informações gerais

Contexto operacional

O Instituto de Ensino e Pesquisa Alberto Santos Dumont (“Entidade” ou “Instituto”) é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e qualificada como OS (Organização Social) nos termos da lei 9.637 de 15 de maio de 1998, através de Decreto Presidencial de 27 de fevereiro de 2014 e publicado no Diário Oficial da União em 28 de fevereiro de 2014. O Instituto obteve a Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS, conforme processo nº 25000.496616/2017-51, publicado através da Portaria nº 1.592 de 04 de outubro de 2018. Constituído em 25 de setembro de 2013, o Instituto possui sua sede administrativa e filiais na cidade de Macaíba, estado do Rio Grande do Norte.

O Instituto tem por missão/objetivo o desenvolvimento de ações e projetos nas áreas de educação, promovendo o ensino em todos os seus níveis, e de pesquisa científica, inclusive pesquisas de ponta em múltiplas áreas da ciência e do conhecimento, envolvendo projetos de âmbito educacional, social e de desenvolvimento econômico, promovendo e contribuindo para o desenvolvimento da educação, da ciência, da saúde e da tecnologia no Brasil, por meio de suas unidades próprias e das unidades a ele associadas. Poderá ainda o Instituto prestar serviços na área da saúde materno infantil e suas interfaces com neurociências, neuroengenharia e reabilitação motora sensorial, visando a formação de profissionais da área de saúde.

Em julho de 2014 o Instituto firmou Contrato de Gestão tendo o Ministério da Educação – MEC atuando na qualidade de Órgão Supervisor e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN atuando na qualidade de Órgão Interveniente, com o objetivo de realizar a implantação e gerir o funcionamento do Campus do Cérebro, que desenvolverá atividades de ensino, pesquisa e extensão em uma área de 99,5 hectares, no município de Macaíba-RN. O Plano de trabalho a ser executado pelo Instituto engloba Metas e Indicadores de: Desempenho, Diretrizes Estratégicas, Sistemas de Avaliação e as Principais Ações no período 2014-2017 (prazo de execução do Contrato de Gestão). Em 28 de dezembro de 2017 foi assinado o 4º Termo Aditivo do Contrato de Gestão que prorrogou a vigência até 31 de dezembro de 2018. Em 21 de novembro de 2018 foi assinado o 6º Termo Aditivo do Contrato de Gestão que prorrogou a vigência até 31/12/2019. Em 26 de dezembro de 2019 foi assinado o 8º Termo Aditivo do Contrato de Gestão que prorrogando o prazo de vigência até 31/12/2020.

No âmbito da assistência em saúde, o CEPS Anita Garibaldi foi habilitado, conforme a Portaria nº 1.430/SAS/MS, de 17 de outubro de 2016, como Centro Especializado em Reabilitação CER-III, o qual oferece assistência a 03 tipos de deficiências: Auditiva, Motora e Intelectual. Em 21 de dezembro de 2018, foi firmado, o Termo de Convênio entre o Fundo Municipal de Saúde e o Instituto, com previsão de valor global de R\$ 2,4 milhões para o ano de 2019.

2. Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

2.1.1. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e nas disposições da ITG 2002 (R1) – Entidades sem finalidades de lucro e pelas normas completas (IFRS completas), para os aspectos não abordados pela ITG 2002 (R1) – Entidades sem finalidade de lucro.

A Administração do Instituto aprovou as demonstrações contábeis e sua divulgação em 14 de fevereiro de 2020.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração do Instituto no processo de aplicação das políticas contábeis da Entidade. A liquidação das transações envolvendo estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Instituto revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

2.3. Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis do Instituto são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional").

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Instituto.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Os saldos são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.5. Instrumentos financeiros

Classificação e mensuração

A partir de 1º de janeiro de 2018, através da IFRS 9, foi estabelecido, entre outros, nova classificação e mensuração de ativos financeiros. Ativos financeiros são classificados e mensurados com base nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo, conforme abaixo:

Custo amortizado: Ativo financeiro cujo fluxo de caixa resulte somente de recebimento do principal e os juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócio adotado pela organização objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Ativo financeiro cujo fluxo de caixa resulte somente de recebimento do principal e os juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócio adotado pela organização objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais como também sua venda;

Valor justo por meio do resultado: Todos os demais ativos financeiros.

Custo Amortizado

De acordo com o modelo de negócios da Empresa, os ativos e passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ou seja:

Os ativos financeiros da Entidade são: contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto investimentos de curto prazo eventualmente registrados.

Passivos financeiros não mensurados ao valor justo contra resultado

Os passivos financeiros são reconhecidos e amortizados seguindo essencialmente o método do custo amortizado. São incluídos como passivos financeiros: fornecedores, obrigações sociais e tributárias e outras contas a pagar.

2.6. Contas a receber

As contas a receber do Instituto são avaliadas no momento inicial pelo valor presente.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Entidade), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

2.7. Imobilizado

É demonstrado ao custo, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na Nota Explicativa nº 7. Os terrenos não são depreciados.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas decorrentes de alienações são determinados pela comparação com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para o Instituto. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

2.8. Avaliação do valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

2.9. Intangível

Refere-se a gastos pré-operacionais, que têm vidas úteis finitas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, se for o caso.

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear, baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

2.10. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.11. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo.

2.12. Provisões

Reconhecidas quando o Instituto tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade.

2.13. Demais direitos e obrigações

Outros ativos e passivos circulantes, sujeitos à variação monetária ou cambial por força de legislação ou cláusulas contratuais, estão sendo corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações contábeis. Os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação.

2.14. Apuração do superávit (déficit)

O resultado das atividades é apurado em conformidade com o regime contábil da competência. As receitas e despesas foram aplicadas em suas finalidades institucionais, em conformidade com o Estatuto Social.

As receitas do Instituto são provenientes de contratos com órgãos públicos, prestações de serviços, doações e outras captações de recursos. Os contratos possuem metas pactuadas que devem ser atingidas.

2.15. Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social Corrente

Em virtude do Instituto ser uma entidade sem fins lucrativos, goza do benefício de imunidade do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos 178 a 184 do Regulamento de Imposto de Renda, aprovado pelo Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018, bem como artigo 195 da Constituição Federal (CF).

2.16. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Alguns novos pronunciamentos contábeis do IASB / CPC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção obrigatória para o exercício iniciado em 01 de janeiro de 2019. Segue abaixo a avaliação do Instituto dos impactos destas novas normas e interpretações.

IFRS 16 Leases

O IFRS 16 (CPC 06) tornou-se obrigatório a partir de 1º de janeiro de 2019. Esta nova norma substituiu o IAS 17 Leases, IFRIC 4 Determining whether an Arrangement contains a Lease, SIC-15 Operating Leases – Incentives e SIC-27 Evaluating the Substance of Transactions Involving the Legal Form of a Lease. Os requerimentos de contabilização para os arrendadores permaneceram substancialmente os mesmos em comparação às normas anteriores. Entretanto, há alterações significativas para os arrendatários na medida em que o IFRS 16 determina um modelo único apenas para os arrendatários ao eliminar a distinção entre arrendamento financeiro e operacional de forma a resultar em um balanço patrimonial refletindo um "direito de uso" dos ativos e um correspondente passivo financeiro. Assim, para muitas entidades o efeito de registrar todas as operações de leasing no balanço patrimonial poderá ser muito significativo.

Essa norma não trouxe impactos relevantes para as demonstrações contábeis da Entidade.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Referem-se a recursos recebidos para aplicação nas finalidades descritas:

Contrato de Gestão firmado com o Ministério da Educação – MEC: Centro de Educação e Pesquisa em Saúde Anita Garibaldi (CEPS); e do Instituto Internacional de Neurociências Edmond e Lily Safra (IIN-ELS), ambos localizados em Macaíba-RN.

Termo de Convênio firmado com o Fundo Municipal de Saúde – FMS: Implantação e Operação do Centro Especializado em Reabilitação (Auditiva, Física e Intelectual) na unidade do Centro de Educação e Pesquisa em Saúde Anita Garibaldi (CEPS).

| | Órgão | 2019 | 2018 |
|--|--------------------|-------------------|-------------------|
| Caixa (Sede) | MEC | 340 | 228 |
| Caixa (CP – IIN-ELS Macaíba) | MEC | 949 | 1.808 |
| Caixa (CP – Saúde) | MEC | 1.868 | 1.603 |
| Banco do Brasil (Conta-Corrente) | MEC | 6.000.000 | 396 |
| Banco do Brasil (Aplicação) | MEC | 12.924.549 | 9.586.478 |
| | | 18.927.706 | 9.590.513 |
| Caixa (FMS) | FMS | 60 | 199 |
| Banco do Brasil (Conta-Corrente) | FMS | - | 48.712 |
| Banco do Brasil (Aplicação) | FMS | 2.082.461 | 2.732.782 |
| | | 2.082.521 | 2.781.693 |
| Caixa e equivalentes de caixa – Com restrição | | 21.010.227 | 12.372.206 |
| Banco do Brasil (Aplicação) | Recursos próprios | 25.510 | 26.161 |
| Banco do Brasil (Aplicação) | Pref. Mun. Macaíba | 157.022 | 243.259 |
| Caixa e equivalentes de caixa – Sem restrição | | 182.532 | 269.420 |
| | | 21.192.759 | 12.641.626 |

As aplicações financeiras são compostas principalmente de certificados de depósitos bancários, cuja liquidez é imediata com taxa de remuneração média de 6,42% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), mantidos em bancos com bom rating de avaliação e com boa reputação no mercado.

4. Valores a receber

| | 2019 | 2018 |
|------------------------------------|---------------|----------------|
| Convênio Prefeitura – Faturamento | 61.356 | 11.734 |
| Convênio Prefeitura – Verba STORCH | 10.000 | 130.000 |
| | 71.356 | 141.734 |

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a análise do vencimento do saldo do Contas a receber de clientes é apresentada a seguir:

| Contas a receber por idade de vencimento | 2019 | 2018 |
|--|---------------|----------------|
| A vencer | 71.356 | 141.734 |
| | 71.356 | 141.734 |

5. Adiantamentos e outros créditos

| | 2019 | 2018 |
|---------------------------------|----------------|----------------|
| MEC | | |
| Empréstimos a receber – Filiais | 998 | 14.673 |
| Adiantamento de férias | 87.948 | 57.847 |
| Adiantamento para despesas | - | 19.649 |
| Impostos a compensar | - | 473 |
| Seguros a apropriar | 2.405 | 4.245 |
| Total MEC | 91.351 | 96.887 |
| FMS | | |
| Adiantamento de férias | 50.586 | 18.293 |
| Adiantamento para despesas | - | 150 |
| Total FMS | 50.586 | 18.443 |
| | 141.937 | 115.330 |

Este grupo é composto pelos seguros contratados do exercício 2019, cujo período de vigência beneficiam o exercício seguinte e estão representadas pelo seu valor nominal, bem como adiantamentos diversos, empréstimos entre as filiais e valores a recuperar das atividades operacionais.

6. Bens de Terceiros – Contas de compensação

Conforme permitido no item 26 do ITG 2002 (R1) – Entidades sem finalidades de lucros, sem prejuízo das informações econômicas divulgadas nas demonstrações contábeis, a entidade controla em conta de compensação transações ao direito de uso dos bens de terceiros.

| | 2019 | 2018 |
|---|-------------------|-------------------|
| Bens de terceiros | 19.148.158 | 19.318.731 |
| Bens de terceiros – UFRN | 65.411.455 | 65.411.455 |
| Bens de terceiros - Secretaria de Saúde Macaíba | 367.960 | (-) |
| (-) Ajuste de vida útil econômica - bens de terceiros | (13.076.822) | (8.519.033) |
| Bens administrados de terceiros | 105.090 | 105.090 |
| Total | 71.955.841 | 76.316.243 |

6.1. Acordo de Cooperação Científica

Refere-se a um Acordo de Cooperação Científica assinado entre o Instituto de Ensino e Pesquisa Alberto Santos Dumont e a Associação Alberto Santos Dumont para Apoio a Pesquisa – AASDAP. Tem por finalidade viabilizar o funcionamento do Instituto, permitindo o uso de todos os bens e equipamentos disponíveis, uma vez que a AASDAP possuía estrutura nos respectivos locais.

| | 2019 | 2018 |
|-----------------|-------------------|-------------------|
| IIN-ELS Macaíba | 15.804.183 | 15.811.639 |
| CEP Saúde | 3.343.975 | 3.507.092 |
| Total | 19.148.158 | 19.318.731 |

6.2. Cessão de uso de bem público

A cessão de uso de bem público tem por objeto a cessão de uso de uma área de 995.000 m² (novecentos e noventa e cinco mil metros quadrados) e das benfeitorias (acessões físicas) nela existentes, além do patrimônio móvel de propriedade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN, inclusive aqueles até então na posse da AASDAP em razão dos contratos de gestão do Centro Educacional de Macaíba e do Centro de Pesquisa de Macaíba.

| Consolidação do patrimônio móvel e imóvel objeto do contrato de cessão UFRN x ISD - Projeto Campus do Cérebro | | | Descrição | Qtd | 2019 | 2018 |
|--|---------------|--------------|--------------------------|-----|------------|------------|
| ESCOLA LÍGIA LAPORTA | Orçamento MEC | bens móveis | Mobiliário | 663 | 370.573 | 370.573 |
| | Orçamento MEC | bens móveis | Equipamentos | 52 | 200.435 | 200.435 |
| | Orçamento MEC | bens imóveis | Edificação | 1 | 23.345.499 | 23.345.499 |
| Soma Parcial I | | | | | 23.916.507 | 23.916.507 |
| Centro de pesquisa Equipamentos/Mobiliário antes na posse da AASDAP | Orçamento MEC | bens móveis | Equipamentos | 13 | 1.236.783 | 1.236.783 |
| | | bens móveis | Mobiliário/ Equipamentos | 240 | 733.597 | 733.597 |
| | Orçamento MEC | bens imóveis | Edificação | | 20.452.600 | 20.452.600 |
| Soma Parcial II | | | | | 22.422.980 | 22.422.980 |
| Campus do cérebro (terra nua e infraestrutura) | | | | | | |
| Gleba de 99,5 ha - sem benfeitorias Rede de Distribuição de Energia Projetos e Infraestrutura Viária | | bens imóveis | Edificação | 1 | 16.746.927 | 16.746.927 |
| | | bens imóveis | Obra | 1 | 782.236 | 782.236 |
| | | bens imóveis | Obra | 1 | 1.542.805 | 1.542.805 |
| Soma Parcial III | | | | | 19.071.968 | 19.071.968 |
| Consolidação do patrimônio móvel e imóvel objeto do contrato de cessão UFRN x ISD - Projeto Campus do Cérebro | | | | | | |
| CONSOLIDAÇÃO DO PATRIMÔNIO OBJETO DA CESSÃO POR PRAZO DE 25 ANOS (I + II + III) | | bens imóveis | | 5 | 62.870.067 | 62.870.067 |
| CONSOLIDAÇÃO GERAL DO OBJETO DA CESSÃO | | bens móveis | | 968 | 2.541.388 | 2.541.388 |
| | | | | | 65.411.455 | 65.411.455 |

6.3. Secretaria Municipal de Saúde de Macaíba

Refere-se a um Termo de Cessão de Uso de Bem Público assinado entre o Instituto e a Secretaria Municipal de Saúde de Macaíba. Tem por finalidade viabilizar o transporte de pacientes, através de furgões adaptados, para compor a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.

| | 2019 | 2018 |
|------------|----------------|----------|
| CEPS Saúde | 367.960 | - |
| | <u>367.960</u> | <u>-</u> |

6.4. Ajuste de vida útil econômica – bens de terceiros

Refere-se a amortização do direito de uso dos bens de terceiros, com base na vida útil econômica ou prazo de vigência dos contratos, dos dois o menor, sendo: Acordo de Cooperação Científica AASDAP (10 anos), Cessão de Uso de Bem Público UFRN (25 anos) e Cessão de Uso de Bem Público SMSM (2 anos).

| | 2019 | 2018 |
|---|---------------------|--------------------|
| (-) Ajuste de vida útil econômica - bens AASDAP | (3.666.255) | (1.770.882) |
| (-) Ajuste de vida útil econômica - bens UFRN | (9.364.572) | (6.748.151) |
| (-) Ajuste de vida útil econômica - bens SMSM | (45.995) | - |
| | <u>(13.076.822)</u> | <u>(8.519.033)</u> |

7. Imobilizado

| Descrição | Taxa Anual de Depreciação | 2019 | 2018 |
|---|---------------------------|-------------|-----------|
| TANGÍVEL | | | |
| Bens em Uso – Verba Livre | | | |
| Computadores, periféricos e eletroeletrônicos | 20% | 1.099 | 1.099 |
| Móveis, utensílios e eletrodomésticos | 10% | 4.900 | - |
| Depreciação Acumulada | | (855) | (513) |
| Imobilizado Líquido - Verba Livre | | 5.144 | 586 |
| Bens em Uso – Contrato de Gestão | | | |
| Máquinas e equipamentos | 10% | 281.891 | 285.151 |
| Móveis, utensílios e eletrodomésticos | 10% | 624.134 | 612.259 |
| Instalações | 10% | 159.773 | 159.773 |
| Veículos | 20% | 78.960 | 78.960 |
| Equipamentos médicos | 10% | 174.760 | 4.319 |
| Aparelhos e instrumentos cirúrgicos | 10% | 3.500 | - |
| Aparelhos telefônicos | 20% | 4.980 | 4.980 |
| Computadores, periféricos e eletroeletrônicos | 20% | 738.842 | 749.571 |
| Outros Imob. - Pedagógicos ou Operacionais | 10% | 115.884 | 116.358 |
| Benfeitorias em Bens de Terceiros – UFRN (i) | | 5.605.646 | 5.413.433 |
| Benfeitorias em Bens de Terceiros - AASDAP | 10% | 1.648.333 | 1.648.333 |
| Amortização/Depreciação Acumuladas | | (1.428.605) | (988.427) |
| Imobilizado Líquido – Contrato de Gestão | | 8.008.098 | 8.084.710 |
| Bens em uso – Verba Prefeitura | | | |
| Móveis, utensílios e eletrodomésticos | 10% | 21.233 | 22.732 |
| Máquinas e equipamentos | 10% | 1.485 | - |
| Computadores, periféricos e eletroeletrônicos | 20% | 1.499 | - |
| Depreciação acumulada | | (5.134) | (2.936) |
| Imobilizado Líquido - Verba Prefeitura | | 19.083 | 19.796 |

| | | | | |
|--|-----|---------------|---------------|--|
| Bens em uso – Verba FMS Macaíba | | | | |
| Máquinas e equipamentos | 10% | 5.581 | 3.321 | |
| Equipamentos médicos | 10% | 31.375 | 24.288 | |
| Depreciação acumulada | | (7.214) | (3.573) | |
| Imobilizado Líquido - Verba FMS Macaíba | | 29.742 | 24.036 | |

| | | | | |
|--|--|---------------|---------------|--|
| INTANGÍVEL | | | | |
| Marcas e Patentes | | 14.660 | 14.660 | |
| Intangível – Contrato de Gestão | | 14.660 | 14.660 | |

(i) Não iniciou a amortização devido a obra ainda encontrar-se em andamento.

A amortização/depreciação total do período, lançada em despesas é de R\$ 458.196 (R\$ 452.794 em 2018).

A movimentação do ativo imobilizado no exercício de 2019 segue:

| | 2018 | Adições | Baixas | Transf | 2019 |
|---|------------------|-----------------|----------------|----------|------------------|
| TANGÍVEL | | | | | |
| Bens em Uso – Verba Livre | | | | | |
| Computadores, periféricos e eletroeletrônicos | 1.099 | 4.900 | - | - | 5.999 |
| Depreciação acumulada | (513) | (342) | | | (855) |
| Total Verba Livre | 586 | 4.558 | - | - | 5.144 |
| Bens em Uso – Contrato de Gestão | | | | | |
| Máquinas e equipamentos | 285.151 | - | (3.260) | - | 281.891 |
| Móveis, utensílios e eletrodomésticos | 612.259 | 11.875 | - | - | 624.134 |
| Instalações | 159.773 | - | - | - | 159.773 |
| Veículos | 78.960 | - | - | - | 78.960 |
| Equipamentos médicos | 4.319 | 170.441 | - | - | 174.760 |
| Aparelhos e instrumentos cirúrgicos | - | 3.500 | - | - | 3.500 |
| Aparelhos telefônicos | 4.980 | - | - | - | 4.980 |
| Computadores, periféricos e eletroeletrônicos | 749.571 | 6.169 | (16.898) | - | 738.842 |
| Outros Imob. - Pedagógicos ou operacionais | 116.358 | - | (474) | - | 115.884 |
| Benfeitorias em bens de terceiros – UFRN | 5.413.433 | 192.213 | - | - | 5.605.646 |
| Benfeitorias em bens de terceiros - AASDAP | 1.648.333 | - | - | - | 1.648.333 |
| Amortização/depreciação acumuladas | (988.427) | (451.878) | 11.700 | - | (1.428.605) |
| Total Contrato de Gestão | 8.084.710 | (67.680) | (8.932) | - | 8.008.098 |
| Bens em uso – Verba Prefeitura | | | | | |
| Móveis, utensílios e eletrodomésticos | 22.732 | - | (1.499) | - | 21.233 |
| Máquinas e equipamentos | - | 1.485 | - | - | 1.485 |
| Computadores, periféricos e eletroeletrônicos | - | 1.499 | - | - | 1.499 |
| Depreciação acumulada | (2.936) | (2.335) | 137 | - | (5.134) |
| Total Prefeitura | 19.796 | 649 | (1.362) | - | 19.083 |
| Bens em uso – Verba FMS Macaíba | | | | | |
| Máquinas e equipamentos | 3.321 | 2.260 | - | - | 5.581 |
| Equipamentos médicos | 24.288 | 7.087 | - | - | 31.375 |
| Depreciação acumulada | (3.573) | (3.641) | - | - | (7.214) |
| Total FMS | 24.036 | 5.706 | - | - | 29.742 |
| INTANGÍVEL | | | | | |
| Marcas e patentes | 14.660 | - | - | - | 14.660 |
| Total Intangível | 14.660 | - | - | - | 14.660 |

8. Obrigações tributárias

| | 2019 | 2018 |
|----------------------------|----------------------|----------------------|
| Contrato de gestão | | |
| PIS/COFINS/CSLL a recolher | 7.750 | 6.221 |
| IRRF a recolher | 1.690 | 1.156 |
| ISS a recolher | <u>6.636</u> | <u>4.800</u> |
| | 16.076 | 12.177 |
| Verba Prefeitura | | |
| PIS/COFINS/CSLL a recolher | 1.010 | - |
| IRRF a recolher | 215 | - |
| ISS a recolher | <u>277</u> | <u>1.012</u> |
| | 1.502 | 1.012 |
| Verba FMS Macaíba | | |
| PIS/COFINS/CSLL a recolher | 1.871 | - |
| IRRF a recolher | 344 | - |
| ISS a recolher | <u>1.527</u> | <u>-</u> |
| | 3.742 | - |
| | <u><u>21.320</u></u> | <u><u>13.189</u></u> |

9. Obrigações sociais

| | 2019 | 2018 |
|-----------------------------|-----------------------|-----------------------|
| Contrato de gestão | | |
| INSS a recolher | 13.302 | 21.484 |
| FGTS a recolher | 25.041 | 41.825 |
| IRRF s/ folha a recolher | 59.921 | 98.209 |
| INSS a recolher – terceiros | <u>13.976</u> | <u>10.155</u> |
| | 112.240 | 171.673 |
| Verba prefeitura | | |
| INSS a recolher – terceiros | 611 | 1.290 |
| | 611 | 1.290 |
| Verba FMS Macaíba | | |
| IRRF s/ folha a recolher | 56.057 | 15.673 |
| INSS a recolher | 14.794 | 8.532 |
| FGTS a recolher | 30.539 | 12.718 |
| INSS a recolher – terceiros | <u>3.191</u> | <u>109</u> |
| | 104.581 | 37.032 |
| | <u><u>217.432</u></u> | <u><u>209.995</u></u> |

10. Contas a pagar

| | 2019 | 2018 |
|------------------------------|----------------------|-----------------------|
| Fornecedores | 27.697 | 142.505 |
| Seguros a pagar | 11.034 | 25.148 |
| | <u>38.731</u> | <u>167.653</u> |
| Verba Prefeitura | | |
| Fornecedores | 18.000 | 22.555 |
| | <u>18.000</u> | <u>22.555</u> |
| Verba FMS Macaíba | | |
| Fornecedores | 26.810 | 3.791 |
| Empréstimo a pagar – Filiais | 998 | 14.673 |
| | <u>27.808</u> | <u>18.464</u> |
| | <u><u>84.539</u></u> | <u><u>208.672</u></u> |

11. Provisões de férias e encargos

| | 2019 | 2018 |
|--------------------|-----------------------|-----------------------|
| Contrato de gestão | | |
| Férias | 271.571 | 530.569 |
| FGTS s/ Férias | 21.725 | 42.445 |
| | <u>293.296</u> | <u>573.014</u> |
| Verba FMS Macaíba | | |
| Férias | 371.603 | 134.462 |
| FGTS s/ Férias | 29.728 | 10.756 |
| | <u>401.331</u> | <u>145.218</u> |
| | <u><u>694.627</u></u> | <u><u>718.232</u></u> |

12. Contrato de Gestão MEC e Contrato FMS Macaíba - NBC TG 07 (R2)

São recursos financeiros provenientes do Contrato de Gestão firmado com o MEC e do Termo de Convênio firmado com o Fundo Municipal de Saúde do Município de Macaíba - RN, e tem como objetivo principal, operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, o Instituto presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação à disposição para qualquer fiscalização.

Para a contabilização de suas subvenções governamentais, o Instituto atendeu NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais e a ITG 2002 (R1).

A entidade recebeu desde 2014 até o exercício corrente, bem como suas realizações as seguintes subvenções do Poder Público:

| Exercício | Concedente | Recebido | Realizado |
|-----------|---|--------------------|-------------------|
| 2019 | Governo Federal – MEC | 17.000.000 | 8.040.779 |
| 2019 | Governo Municipal – Fundo Mun. de Saúde | 2.438.775 | 3.591.077 |
| 2018 | Governo Federal – MEC | 12.000.000 | 12.209.425 |
| 2018 | Governo Municipal – Fundo Mun. de Saúde | 2.400.000 | 2.192.315 |
| 2017 | Governo Federal – MEC | 22.500.000 | 21.256.594 |
| 2017 | Governo Municipal – Fundo Mun. de Saúde | 3.000.000 | 894.764 |
| 2016 | Governo Federal – MEC | 20.000.000 | 19.871.845 |
| 2015 | Governo Federal – MEC | - | 18.626.812 |
| 2014 | Governo Federal – MEC | 29.693.901 | 4.027.705 |
| | | <u>109.032.676</u> | <u>90.711.316</u> |

Saldos a realizar referente às subvenções recebidas:

| | 2019 | 2018 |
|----------------------|-------------------|-------------------|
| Contrato de gestão | 26.563.059 | 16.862.253 |
| Contrato FMS Macaíba | 1.625.388 | 2.623.458 |
| | <u>28.188.447</u> | <u>19.485.711</u> |

Valor realizado, referente às subvenções recebidas:

| | 2019 | 2018 |
|----------------------|-------------------|-------------------|
| Contrato de gestão | 8.040.779 | 12.209.425 |
| Contrato FMS Macaíba | 3.591.077 | 2.192.315 |
| | <u>11.631.856</u> | <u>14.401.740</u> |

13. Provisão para passivos contingentes - NBC TG 25 (R2)

Em atendimento a NBC TG 25 (R2), e respaldado por documentos recebidos da assessoria jurídica, o Instituto figura no polo passivo como responsável subsidiário de ação trabalhista movida por funcionário de empresa terceirizada, cujo risco de perda da ação é provável uma vez que a reclamada principal encontra-se em recuperação judicial. Em 31 de dezembro de 2019 o valor estimado de perda da ação é de R\$ 18.413.

14. Áreas de atuação

14.1. Saúde

Centro de Educação e Pesquisa em Saúde Anita Garibaldi (CEPS):

Com foco na formação, desenvolvimento e educação permanente de profissionais de saúde, em consonância com as diretrizes curriculares nacionais e políticas educacionais, o CEPS realizou 46.130 atendimentos, exclusivamente aos usuários do SUS, nas seguintes áreas: Pré-natal; Serviço de Assistência Especializada às gestantes e crianças vivendo com HIV/AIDS (SAE Materno-infantil); Infectologia na Gravidez; Medicina Fetal; Puericultura; Pediatria; Neurologia Infantil; Eletroencefalografia; Ultrassonografia; Fisioterapia em Neuropediatria e Estimulação Precoce do Recém-nascido; Fisioterapia na Saúde da Mulher; Psicologia Adulto e Infantil; Serviço Social e Laboratório de Análises Clínicas.

Durante o ano, foram recebidos 381 alunos dos cursos de graduação da UFRN para o desenvolvimento de atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão. As ações e programas de integração ensino-pesquisa-extensão e de ação social e comunitária alcançaram 9.715 beneficiários diretos.

14.2. Pesquisa científica

Centro de Pesquisa do IIN-ELS de Macaíba

O Instituto Internacional de Neurociências Edmond e Lily Safra (IIN-ELS) oferece, desde 2013 o Programa de Pós-Graduação em Neuroengenharia (PPGN), credenciado pela CAPES em 2013 (33280010001P2), responsável pelo primeiro curso de mestrado na área reconhecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

O PPGN é um programa multidisciplinar inserido na área de Engenharia Biomédica que possui duas linhas de pesquisa: Interface Cérebro-Máquina e Neuromodulação. Por meio da neuroengenharia se busca compreender o Sistema Nervoso Central (SNC) e desenvolver tratamentos e tecnologias ainda inexplorados para desordens neurológicas, como a restauração de funções sensoriais, motoras e cognitivas.

Em 2019, 38 alunos estavam matriculados e foram realizadas 19 defesas de teses. Dentro os 14 egressos do ano 2018, 12 atuam no setor produtivo, em suas respectivas áreas de formação ou na academia como docentes e discentes; um está se preparando para o doutorado enquanto atua de forma autônoma em sua área de formação; e um atua em mercado diverso da sua área de formação. Isso representa um aproveitamento de 93% diante da meta pactuada de 90%.

Foram publicados 9 artigos científicos em periódicos indexados e 9 capítulos de livros, com 89% de pesquisadores autores do ISD, superando a meta pactuada de 85%. No mais, novos laboratórios foram abertos para usuários externos, alcançando 3,9% de ocupação das instalações por colaborações com pesquisadores de outras instituições, acima da meta pactuada de 3%.

14.3. Atendimentos no âmbito da saúde

A atividade para fins de CEBAS do INSTITUTO, se dá exclusivamente pela saúde, por meio da mantida Centro de Educação e Pesquisa em Saúde Anita Garibaldi, unidade exclusiva para atendimento ambulatorial e reabilitação.

Devido ao fato do atendimento ser somente para usuários SUS, a Entidade inseriu no Sistema de Informação Ambulatorial (SIA), os atendimentos prestados. Por não haver atendimentos Não-SUS, não constará informações no Sistema de Comunicação e Informação Hospitalar e Ambulatorial (CIHA).

No quadro abaixo, demonstra-se, o quantitativo dos Atendimentos Ambulatoriais Realizados e o percentual atingido:

| | 2019 |
|---|------------------|
| Quantidade de procedimentos ambulatoriais SUS Ambulatorial SUS | 36.003 36.003 |
| Percentual SUS final ao CEBAS | 100% |

15. Demonstração do fluxo de caixa

A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a NBC TG 03 (R3) – Demonstração dos Fluxos de Caixa. A Entidade optou pelo método INDIRETO na elaboração do Fluxo de Caixa.

As rubricas contábeis que compõem o saldo das Atividades de Financiamento são as seguintes:

- Contrato de Gestão MEC, Verba Prefeitura e Verba FMS Macaíba

As rubricas contábeis que compõem o saldo das Atividades de Investimentos são as seguintes:

- Imobilizado

16. Seguros

O Instituto mantém apólices para cobertura de seguros em montantes julgados suficientes para cobrir sinistros dos seus bens patrimoniais e bens de terceiros.

17. Avais, fianças e garantias

O Instituto não prestou garantias durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e não possuía em 31 de dezembro de 2019, quaisquer transações como interveniente garantidora.

18. Patrimônio líquido

| | <u>2019</u> | <u>2018</u> |
|-------------------|-----------------------|-----------------------|
| Patrimônio Social | <u>252.857</u> | <u>406.094</u> |
| | <u><u>252.857</u></u> | <u><u>406.094</u></u> |

18.1. Patrimônio social

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio social do Instituto é de R\$ 252.857 (R\$ 406.094 em 2018). Na composição deste saldo, houve a transação usual de reconhecimento do superávit do exercício anterior com aumento do patrimônio social no exercício vigente.

18.2. Destinação do superávit (déficit) /aumento (redução) de patrimônio social

Por ser entidade sem fins lucrativos, o Instituto não remunera, sob nenhuma forma, seus dirigentes pelos serviços prestados. O superávit do exercício de 2018 foi incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e NBC ITG 2002 (R1) em especial no item 15, que descreve que o superávit ou déficit do exercício deve ser registrado na conta do Patrimônio Social. O déficit do exercício de 2019 será subtraído do Patrimônio Social.

19. Receita

| | 2019 | 2018 |
|--|--------------------------|--------------------------|
| Receita Operacional – MEC | | |
| Contrato de Gestão-Realizado (Nota 13) | 8.040.779 | 12.209.425 |
| Voluntários (+) | 26.460 | 19.866 |
| Isenções | 1.724.886 | 553.801 |
| | <u>9.792.125</u> | <u>12.783.092</u> |
| Receita Operacional - Prefeitura (SUS) | | |
| Prestação de Serviços | 206.774 | 162.325 |
| Convenio Prefeitura | - | 360.004 |
| (-) Cofins | - | (4.300) |
| | <u>206.774</u> | <u>518.029</u> |
| Receita Operacional - Verba Livre | | |
| Doações | 2.500 | 12.935 |
| | <u>2.500</u> | <u>12.935</u> |
| Receita Operacional - FMS Macaíba | | |
| Contrato FMS Macaíba-Realizado (Nota 13) | 3.591.077 | 2.192.315 |
| | <u>3.591.077</u> | <u>2.192.315</u> |
| Receita líquida | <u><u>13.592.476</u></u> | <u><u>15.506.371</u></u> |

20. Natureza das despesas e custos reconhecidos na demonstração do resultado

O Instituto apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas e custos baseados em sua função. As informações sobre a natureza das principais despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

| | 2019 | 2018 |
|----------------------------------|---------------------|---------------------|
| Resumo das despesas operacionais | | |
| Gastos com pessoal e encargos | (7.947.926) | (9.439.169) |
| Depreciação e amortização | (458.196) | (452.794) |
| Serviços profissionais | (2.565.317) | (3.641.954) |
| Ocupações, Utilidades e Serviços | (425.694) | (505.088) |
| Locações Diversas | (48.686) | (81.032) |
| Despesas administrativas | (482.776) | (584.702) |
| Despesas com Viagens | (63.422) | (60.387) |
| Despesas Tributarias | (30.428) | (125.713) |
| Voluntários | (26.460) | (19.866) |
| Isenções | <u>(1.724.886)</u> | <u>(553.801)</u> |
| | <u>(13.773.791)</u> | <u>(15.464.506)</u> |

Detalhamento das despesas operacionais:

| | | |
|--------------------------------------|--------------------|---------------------|
| MEC | | |
| Despesas Gerais - Sede | (2.220.923) | (2.575.526) |
| Despesas Gerais - CP IIN-ELS Macaíba | (4.028.277) | (4.831.905) |
| Despesas Gerais - CEP Saude | (1.730.307) | (3.705.077) |
| Despesas Gerais - CEC Macaíba | (3.160) | (78.714) |
| Despesas Gerais - CEC Serrinha | (3.568) | (186.093) |
| Despesas Gerais - CEC Natal | (2.410) | (207.045) |
| Despesas Gerais - Campus do Cerebro | (52.134) | (625.065) |
| Voluntários | (26.460) | (19.866) |
| Isenções | <u>(1.724.886)</u> | <u>(553.801)</u> |
| | <u>(9.792.125)</u> | <u>(12.783.092)</u> |

| | 2019 | 2018 |
|--------------------------|-------------------------|---------------------|
| PREFEITURA | | |
| Despesas Administrativas | (367.329) | (454.035) |
| Despesas Tributárias | <u>(332)</u> | <u>(2.255)</u> |
| | <u>(367.661)</u> | <u>(456.290)</u> |
| LIVRE | | |
| Despesas Administrativas | (21.294) | (32.715) |
| Despesas Tributárias | <u>(1.634)</u> | <u>(95)</u> |
| | <u>(22.928)</u> | <u>(32.810)</u> |
| FMS - Macaíba | | |
| Despesas Administrativas | (461.572) | (402.191) |
| Despesas com Pessoal | (3.127.124) | (1.766.550) |
| Despesas Tributárias | (650) | (22.225) |
| Despesas financeiras | <u>(1.731)</u> | <u>(1.348)</u> |
| | <u>(3.591.077)</u> | <u>(2.192.314)</u> |
| | <u>(13.773.791)</u> | <u>(15.464.506)</u> |

21. Resultado financeiro

| | 2019 | 2018 |
|---|------------------|----------------|
| Receitas financeiras | | |
| Rendimento com aplicações financeiras – Prefeitura | 9.908 | 15.665 |
| Rendimento com aplicações financeiras – Verba livre | <u>679</u> | <u>962</u> |
| | <u>10.587</u> | <u>16.627</u> |
| Despesas financeiras | | |
| Despesas bancárias – Prefeitura SUS | (1.607) | (1.003) |
| Despesas bancárias – Verba livre | <u>(1.073)</u> | <u>(2.030)</u> |
| | <u>(2.680)</u> | <u>(3.033)</u> |
| Resultado financeiro | <u>7.907</u> | <u>13.594</u> |

22. Voluntário

Conforme ITG 2002 (R1) item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade.

O montante desse serviço em 2019 corresponde a R\$ 26.460 (R\$ 19.866 em 2018). O valor ora realizado está registrado em contas específicas e reconhecido na receita e na despesa.

23. Instrumentos financeiros

O Instituto opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem caixa e equivalentes de caixa e outros recebíveis, assim como obrigações a pagar e outras dívidas cujos valores são aproximados aos respectivos valores de mercado.

O Instituto não opera com instrumentos financeiros para fins especulativos, bem como derivativos.

23.1. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades classificadas como de primeira linha.

23.2. Risco de liquidez

É o risco de a Entidade não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas frequentemente pela administração da Entidade.

23.3. Demais riscos financeiros

Em função das características e forma de operação, bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2019, o Instituto não está sujeito aos fatores de risco com: (a) taxas de câmbio; (b) risco com preço de mercadorias vendidas ou insumos adquiridos; (c) risco significativo de estrutura de capital.

24. Isenção de contribuição para seguridade social

Por se enquadrar nos pré-requisitos instituídos pela Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, o Instituto obteve, em 04 de outubro de 2018, o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS, que tem validade por 3 (três) anos.

O valor relativo à isenção previdenciária, como se devida fosse, gozado no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 1.724.886 (R\$ 553.801, em 2018), tendo sido totalmente aplicado nos programas para a manutenção de serviços gratuitos.

24.1. Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS)

As aplicações dos recursos em gratuidades atenderam ao que preceitua a Constituição Federal no artigo 195, III, § 7º, que concede a isenção da Contribuição Social (INSS) às entidades benéficas de assistência social que atendem as exigências estabelecidas em lei.

25. Eventos subsequentes

A Administração do Instituto considerou os eventos subsequentes à data de encerramento das demonstrações contábeis ocorridas em 31 de dezembro de 2019 até a data da conclusão das referidas demonstrações em 14 de fevereiro de 2020.

25.1. Termo de Convênio – Fundo Municipal de Saúde

Em 02 de janeiro de 2020, a Entidade firmou Termo de Convênio com o Fundo Municipal de Saúde do Município de Macaíba-RN, com o objetivo de prestar serviços de atenção ambulatorial especializada em reabilitação: Auditiva, Física e Intelectual, realizando diagnósticos, tratamento, concessão, adaptação e manutenção de tecnologia assistiva à serem prestados em caráter complementar a usuários do Sistema Único de Saúde (SUS).

O incentivo financeiro, oriundo do Fundo Nacional de Saúde, possui valor mensal de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), conforme estabelecido na Portaria nº 835 GM/MS de 25 de abril de 2012 e Portaria nº 2.617 GM de 01 de novembro de 2013.

A Entidade também poderá ser remunerada mediante emissão de faturas por serviços prestados conforme Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS (SIGTAP/DATASUS/MS), e o valor mensal estimado é de R\$ 124.343,29 (cento e vinte e quatro mil, trezentos e quarenta e três reais e vinte e nove centavos).

25.2. Termo de Convênio – Secretaria Municipal de Saúde

Em 02 de janeiro de 2020, a Entidade firmou Termo de Convênio com a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Macaíba-RN, com o objetivo de oferecer a população de Macaíba-RN, usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), serviços de saúde especializados para atender a demanda de atenção pré-natal, gravidez de alto risco, medicina fetal, infectologia na gravidez bem como todo atendimento compreendido dentro do Serviço de Atenção Especializada às Gestantes de Crianças vivendo com HIV/AIDS.

A Entidade será remunerada mediante atendimentos realizados conforme tabela anexa ao Termo de Convênio, e o valor mensal estimado poderá chegar a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

25.3. Aditivo Supressivo ao Contrato de Cessão de Uso de Bem Público - UFRN

Em razão do atual cenário, no âmbito do Contrato de Gestão, e, atendendo a recomendação do Tribunal de Contas da União - TCU, para uso efetivo da área não utilizada pelo Instituto, com a implantação do Parque Científico e Tecnológico do Rio Grande do Norte, em 17 de janeiro de 2020, a Entidade assinou o Aditivo Supressivo ao Contrato de Cessão de Uso de Bem Público com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.

Com a assinatura do documento, que tem natureza de Distrato Parcial, foi registrada a devolução total da edificação denominada Escola Lygia Laporta e parcial da Gleba, bem como todas as benfeitorias físicas realizadas no período sob a gestão do Instituto.